

Política linguística em ambiente multilingue: o caso de Timor-Leste

Language policy in a multilingual environment: the case of Timor-Leste

PAULO HENRIQUES*
RUI RAMOS*

PALAVRAS-CHAVE: Política Linguística, Formação, Tradutor, Plurilinguismo, Diversidade Biocultural, Timor-Leste.

KEYWORDS: Language Policy, Formation, Translator, Multilingualism, Biocultural Diversity, Timor-Leste.

1. Introdução

Este estudo incide sobre questões de política linguística em ambiente multilingue, focalizando em concreto o caso de Timor-Leste. Faz uma abordagem inicial a esta questão e sugere vias de desenvolvimento da investigação. Propõe, então, o roteiro de uma investigação sobre o assunto, com alguns elementos de contextualização e problematização da questão, objetivos, metodologia e algumas breves notas finais.

Timor-Leste é um país multilingue e a sua diversidade linguística tem vindo a ser um tópico de interesse de alguns linguistas que pretendem desenvolver a sua investigação nesse campo. Além disso, o povo timorense é conhecido por constituir uma sociedade multilingue, com uma cultura híbrida. O país fica situado num dos «pontos quentes de diversidade biocultural» (Maffi, 2007) que há no mundo, que são zonas onde se verifica uma correlação positiva entre alta diversidade linguística e alta diversidade biológica.

Timor-Leste é, historicamente, uma antiga colónia portuguesa. Quando aconteceu a revolução dos cravos, em 1974, em Lisboa, criaram-se as condições de liberdade para que cada uma das «províncias ultramarinas» portuguesas escolhesse os seus caminhos de independência. Surgiram, em Timor, quatro

* Instituto de Educação, Universidade do Minho.

partidos políticos: a UDT,¹ a FRETILIN,² a APODETI³ e o KOTA.⁴ Estes partidos deram corpo a discrepâncias ideológicas que os levaram a cair numa guerra civil em 1975. A Indonésia, um país vizinho, aproveitou a falta de estabilidade do território e invadiu militarmente Timor, ocupando-o por 24 anos. Esta ocupação terminou com o sufrágio universal de agosto de 1999, no qual 78% dos timorenses votaram pela independência total de Timor-Leste. Entre 1999 e 2002, Timor-Leste esteve sob a administração das Nações Unidas e, finalmente, viu a sua independência internacionalmente reconhecida em 2002.

Tanto a centenária colonização portuguesa quanto a mais recente ocupação indonésia vieram trazer mais elementos de diversidade linguística a um território já de si profundamente diverso em termos linguísticos.

Tendo em vista o panorama linguístico timorense, que contempla o facto de os cidadãos timorenses não dominarem todas as línguas faladas no seu país, destacamos o papel preponderante dos tradutores para ajudarem a transmitir informações de uma língua de partida para uma de chegada. Neste caso, referimo-nos às duas línguas oficiais (tétum e português), que também não são adequadamente dominadas por todos os cidadãos timorenses.

2. Política linguística e ambiente multilingue

Para analisarmos a política linguística em Timor-Leste é preciso, em primeiro lugar, clarificar alguns conceitos-base, nomeadamente os de «política linguística» e «planificação linguística». Geralmente, o primeiro não aparece isoladamente num contexto político de um Estado, ele surge sempre acompanhado de um planeamento concreto, isto é, não existe política linguística sem planeamento linguístico.

Fettes (1997) considera a política e o planeamento linguístico como praxis, definindo-os como um conjunto de teorias e práticas de gestão de ecossistemas linguísticos. O autor também reconhece a necessidade de incorporar um elemento de avaliação de políticas: o planeamento linguístico deve estar vinculado à avaliação crítica da política linguística, verificando se esta fornece padrões de racionalidade e eficácia.

¹ União Democrática Timorense (UDT).

² Frente Revolucionário do Timor-Leste Independente (FRETILIN).

³ Associação Popular Democrática Timorense (APODETI).

⁴ Klibur Oan Timor Asuwain (KOTA).

Baldauf (2006) encara a política linguística como «o plano» e o planeamento como «implementação do plano». É na mesma linha lógica que Calvet (2007) afirma que as relações entre a política linguística e o planeamento linguístico são relações de subordinação: um determinado planeamento linguístico deve subordinar-se a uma política linguística mais vasta, ou de nível «superior», que determina aquele.

Pennycook (2000) assinala que, para se entender as políticas linguísticas coloniais, há que desenvolver abordagens ecológicas, capazes de considerar um número alargado de variáveis, incluindo as geográficas e as históricas. O resultado de uma política linguística é, portanto, um produto histórico de um povo. Para manter um vínculo ao passado, um povo terá de recorrer a uma língua que esteja ligada desde sempre à sua cultura e à sua identidade. Porque, no fundo, a língua é um elemento fundamental para a identidade e a cultura de um povo.

Ora, é natural que sociedades multilingues como muitas das ex-colónias de vários países europeus, quando se tornaram países independentes, tenham sentido a imediata necessidade de definir e consolidar as suas identidades nacionais. Esse processo passou pela adoção de medidas de política linguística, definindo a língua oficial ou nacional como elemento de unificação e identidade comum. Em alguns países de África e de Ásia com sociedades multilingues, com grande complexidade linguística, o Estado procurou uniformizar o uso da língua, não só para garantir a coesão nacional, mas mesmo para tornar possível a comunicação quotidiana entre os seus cidadãos. Em alguns casos, o Estado recorreu a uma língua que esteve ligada à história do movimento nacionalista.

Destacamos aqui alguns exemplos de países como o Mali ou os PALOP. Nestes casos, as línguas nacionais (locais) apresentam-se como línguas de grupos étnicos, incapazes de (ou com dificuldades para) se apresentarem como línguas «de todos os cidadãos». A opção de política linguística foi a de adotar como língua oficial a língua do antigo colonizador.

Há outros casos em que o Estado adota uma língua minoritária, reinventando-a e modernizando-a com nuances específicas para torná-la numa língua oficial e de identidade nacional. Por exemplo: o malaio, na Indonésia, um idioma minoritário, foi escolhido pelos nacionalistas indonésios, em 1928, para substituir a língua colonial, o holandês (Calvet, 2007).

De uma forma geral, o Estado é o principal protagonista na definição da política linguística, reforçando assim o seu papel através da força jurídica, após considerar as recomendações da comunidade científica (no caso, os linguistas). A política linguística apresenta-se, então, como uma das linhas de desenvolvimento de ideologia do Estado, ou do partido dominante.

Ninyoles critica este cenário, defendendo que a política linguística não pode ser um instrumento de «glotopolítica» – isto é, a política linguística não deve servir como manifestação ideológica de uma organização e/ou de um partido político para reprimir o uso de uma língua minoritária: «A política lingüística deberá ser, polo tanto, diferenciada do que algúns chamam ‘glotopolítica’. Esta implica a utilización de conclusións ou de instruccións lingüísticas en contextos políticos» (Ninyoles, 1991, p. 52).

Cooper acrescenta que «existe um consenso de que a política e o planeamento linguístico e os seus discursos não podem ser entendidos isoladamente do seu contexto social ou da história que produziu esse contexto» (Cooper, 1989, p. 183). No entanto, embora a expressão «política e planeamento linguístico» forneça uma rubrica conceptual unificada, Hornberger (2006) afirma que a distinção entre os dois conceitos é importante e necessária, porque cada um deles desempenha papéis diferentes na realização da mudança social.

Assim, a política linguística será o conjunto de ideias, de leis, de regulamentos e de regras destinados a alcançar a mudança linguística desejada. E será concretizada em documentos e práticas de planeamento linguístico, por exemplo, em declarações políticas formais ou em declarações informais de intenções. As declarações formais podem ser simbólicas ou substantivas, dependendo da sua intenção.

Por influência da teoria crítica e do pós-modernismo, o estudo da política e do planeamento linguístico passou por mudanças epistemológicas na análise crítica do papel das ideologias (Pennycook, 1994; Canagarajah, 1999), produzindo descrições históricas mais matizadas e contextualizadas dos eventos e práticas (Ricento, 2000). Os estudiosos pós-modernos do planeamento linguístico até desafiaram a noção de que a linguagem é um código fixo (Makoni / Pennycook, 2006; Pennycook, 2006), sugerindo uma noção de linguagem como discursos compartilhados por comunidades de falantes sobrepostas.

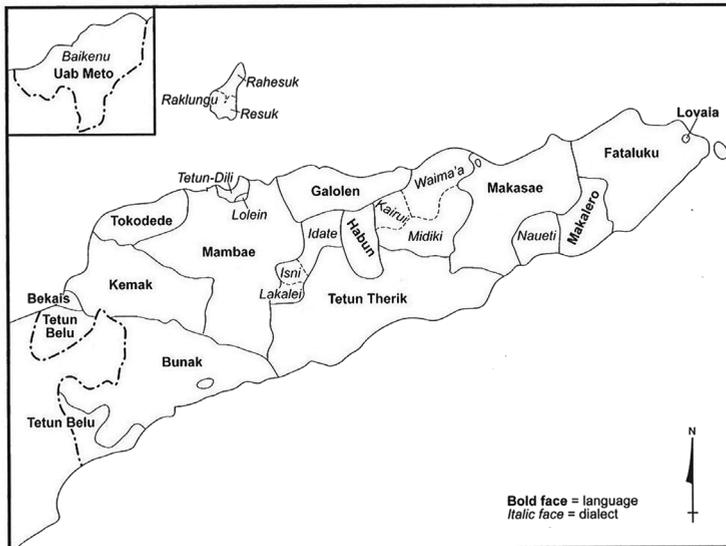
3. Política linguística em Timor-Leste

3.1. Enquadramento histórico

Como foi referido, a queda da ditadura em Portugal, em 1974, abriu portas à independência das «províncias ultramarinas» portuguesas. Em 28 de novembro de 1975, a FRETILIN proclamou unilateralmente a independência do território, mas esta independência durou escassos 10 dias, já que, em 7 de dezembro seguinte, as tropas indonésias invadiam o território timorense.

Entre os muitos atos administrativos do invasor, importa sublinhar que foi proibido o uso da língua portuguesa nas escolas, na administração pública e na sociedade. A língua indonésia (comumente designada *bahasa indonesia*) foi imposta em todos os atos oficiais e públicos e mesmo nos usos privados e quotidianos a toda a população. Somente os rituais religiosos escaparam, pelo menos em parte, à omnipresença forçada da língua indonésia, mantendo a presença do português e do tétum, o que constituiu uma forma de resistência cultural e de luta contra o invasor. Ainda assim, como a maioria da população permaneceu analfabeta, o domínio da língua indonésia restringia-se à dimensão oral e era lacunar e muito imperfeito.

Com a restauração da independência nacional, a 20 de maio de 2002, as questões de política linguística do novo país ganharam relevo e espaço de discussão na sociedade. Esta é caracterizada, como acima foi avançado, por uma assinalável diversidade linguística. Pode-se observar essa diversidade no seguinte mapa linguístico:



Language map of Timor-Leste (Bowden / Hajek, 2007, p. 266).

Além das línguas nacionais apresentadas no mapa, Timor-Leste possui atualmente duas línguas oficiais (tétum e português), assim definidas no artigo 13.º da Constituição da RDTL, e duas de trabalho (inglês e indonésio), definidas no artigo 159.º da mesma. Apesar de tudo, o tétum é a língua franca de todos os timorenses.

Antes de o português ter sido escolhido como língua cooficial deste país, decorreu um debate a nível nacional, em 2000, no congresso realizado pelo Conselho Nacional da Resistência Timorense (CNRT) para recolher opiniões de vários líderes e intelectuais que se ligavam muito à causa timorense. Nesta ocasião, foi igualmente convidado a tomar parte da discussão o linguista australiano Geoffrey Hull, que se dedicava há vários anos ao estudo das línguas timorenses. Ele defendeu a necessidade de o Estado timorense escolher o português como uma das línguas oficiais da República Democrática de Timor-Leste. Apresentou como argumentos para tal opção o apoio que a língua portuguesa poderia oferecer à consolidação do tétum como língua nacional e cooficial, o respeito pela identidade timorense construída a partir das línguas tétum e portuguesa e o traço cultural conferido pela fé católica. Nas suas breves palavras:

Parece-me que o papel central da língua portuguesa na civilização timorense é completamente inquestionável. Em poucas palavras, se Timor-Leste deseja manter uma relação com o seu passado, deve manter o português. Se escolher outra via, um povo com uma longa memória tornar-se-á numa nação de amnésicos, e Timor-Leste sofrerá o mesmo destino que todos os países que, voltando as costas ao seu passado, têm privado os seus cidadãos do conhecimento das línguas que desempenharam um papel fulcral na génese da cultura nacional (Hull, 2001, p. 39).

A alocução deste autor foi aplaudida por uma boa parte dos participantes no congresso. O CNRT considerou importantes os argumentos apresentados e adotou depois o português como língua oficial da organização e, em 2002, a Assembleia Constituinte aprovou e consagrou no artigo 13.º da Constituição da RDTL a língua portuguesa como língua oficial do país, a par da língua tétum.

Após esta ratificação, todos os documentos do Estado passaram a ser escritos em língua portuguesa ou em tétum. No entanto, esta decisão causou mal-estar no seio da geração mais nova, i.e., os que foram instruídos durante a ocupação da Indonésia, que temeram e temem a exclusão social dos que não falam português.

A contestação surgiu, no entanto, depois da tomada de decisão no Congresso Nacional do CNRT, em 2000, sobre a política de adoção do português como idioma oficial do futuro da nação RDTL.⁵ Esta impressão foi manifestada por parte da RENETIL⁶ e outras ONG nacionais como *yayasan HAK*, o *Sahe*

⁵ República Democrática de Timor-Leste (RDTL).

⁶ Resistência Nacional dos Estudantes de Timor-Leste (RENETIL).

Institute of Liberation e o *Students Solidarity Council*. Os argumentos contra esta decisão, apresentados pelo secretário-geral da RENETIL, Miguel Manetelu, quando decorreu o congresso do CNRT, defendiam que «os velhos⁷ ignoravam o facto de a geração mais jovem não falar a Língua Portuguesa e que a decisão tinha sido tomada para favorecer a ‘geração deles’ em detrimento da geração mais jovem» (Babo-Soares, 2003, *apud* Gonçalves, 2012, p. 06). Estes grupos de jovens preferiam que o tétum fosse única língua oficial. Apresentamos um segmento do discurso de contestação do grupo de *Students Solidarity Council*:

We do not speak Portuguese. We studied *Bahasa*, think and write in Indonesian. It is the old people who speak Portuguese, but we do not know it at all. Who will govern this country [in the future], the old people or the future generation? Therefore, the youth should be consulted before deciding what the national language should be (Pers. Comm. Teresa Maria de Carvalho, 24 April 2000)

Nós não falamos português. Nós estudámos *bahasa*, pensamos e escrevemos em indonésio. São os velhos que falam português, mas nós não sabemos nada disso. Quem governará este país [no futuro], os velhos ou a nova geração? Portanto, os jovens devem ser consultados antes de decidir qual deve ser a língua nacional (Teresa Maria de Carvalho, 24 de abril de 2000)⁸ (*apud* Babo-Soares, 2003, p. 255). [Tradução nossa].

Entretanto, estas críticas tinham vindo expressas continuamente nos jornais acerca da escolha do português como língua oficial do país. Outras razões destacadas têm sido: «a língua é falada apenas por 5% dos timorenses e, desses, poucos a falam corretamente»; «a opção do português não é mais do que saudosismo da velha geração ao colonialismo português e é como um neocolonialismo cultural português»; «a sua escolha é tida como uma imposição linguística como forma de monopólio do poder político e a exclusão/alienação da maioria desse poder»; «o português é defendido por mestiços descendentes de portugueses que querem alguma supremacia social e cultural perante o povo e a contínua ligação com Portugal»; «a nova geração fala *bahasa indonesia* no

⁷ A palavra «velhos» refere-se aos líderes timorenses da geração de 1974/75, os quais falam português.

⁸ Teresa Maria de Carvalho foi o líder do grupo de Mulheres Jovens (Feto-Foinsae) do DSMPTT (Dewan Solidaritas Mahasiswa Pelajar Timor Timur) (Students Solidarity Council).

seu dia a dia e o português é uma língua estrangeira que essa geração não fala, nem entende»; «o português é uma língua estrangeira e não reflete a cultura de Timor-Leste»; «o inglês é a língua que garante o desenvolvimento económico e tecnológico»; «o português não é língua de trabalho»; «a CPLP só tem países distantes de Timor-Leste sem recursos e não são uma potência económica»; «o português é uma língua muito difícil»; «não há professores de português suficientes». O quadro da política linguística timorense conta, assim, com mais este elemento de fricção.

3.2. As línguas do sistema educativo timorense

Um dos instrumentos mais poderosos do planeamento linguístico de uma nação é o seu sistema de ensino. Em Timor-Leste, a Lei de Bases da Educação define que as línguas do sistema educativo são o tétum e o português. Embora estas opções sejam claramente definidas nos documentos oficiais, os timorenses que contestam a adoção do português como língua oficial têm vindo a recusar-se a usar a língua portuguesa também no sistema de ensino.

Os autores destas críticas têm sido apoiados por algumas individualidades estrangeiras, nomeadamente oriundas da Indonésia e da Austrália, os dois maiores vizinhos de Timor-Leste. Têm sido registadas várias tentativas de intervir no uso da língua portuguesa na escola, e uma delas ocorreu por meio do recente projeto cujo nome é Educação Multilíngue Baseada na Língua Materna-EMBLI, financiado pela UNICEF,⁹ cuja impulsionadora mais ostensiva foi a ex-primeira dama de Timor-Leste Kirsty Gusmão. O referido projeto está a ser implementado atualmente em algumas escolas de dois municípios e na Região Autónoma de Oecusse. Trata-se de um projeto envolto em grande polémica e contestação e a respetiva avaliação ainda está por fazer. Foi lançado em 2012, mas só começou a ser implementado, em 2013, em algumas escolas em Lautem, em Manatuto e em Oecusse. Ainda hoje continua a existir nas respetivas escolas.

3.3 O serviço de tradução em Timor-Leste

Olhando para a complexidade linguística vivida pelo povo timorense, verifica-se que cada região ou município possui as suas línguas e dialetos

⁹ United Nations International Children's Emergency Fund (UNICEF).

regionais. Esta circunstância, à qual acrescem as duas línguas oficiais e as duas de trabalho, torna Timor-Leste um país rico em línguas e culturas e coloca, ao mesmo tempo, um grande desafio na definição da sua política linguística. O Estado, neste panorama linguístico, assume um papel crucial na manutenção da identidade e cultura do país (Viegas / Ramos / Antunes, 2015).

Para manter a herança cultural do povo, o Estado timorense apostou sempre no desenvolvimento das duas línguas oficiais (tétum e português), embora a língua portuguesa seja pouco falada na vida diária dos timorenses. Ainda assim, a lei obriga a que os professores e os funcionários públicos do Estado falem e escrevam em duas línguas oficiais, i.e., eles devem dominar a língua portuguesa tanto na oralidade como na escrita, pois todos os documentos do Estado são escritos obrigatoriamente em português ou em tétum.¹⁰ Face a esta questão, algumas instituições que trabalham em função da aplicação e da consolidação de dois idiomas oficiais, nomeadamente o Parlamento Nacional, o Conselho de Ministros, os Tribunais, o Ministério Público, o Ministério da Justiça e a Televisão de Timor-Leste (TVTL), criaram equipas ou serviços de tradução com o intuito de ajudar a população em geral a compreender algumas regras ou leis traduzidas para o tétum por estas instituições. Geralmente, as traduções são feitas do português para o tétum. No que concerne à competência dos tradutores, muitos profissionais que desempenham esta função não tiveram cursos específicos vocacionados para a área de tradução, nem ao nível da licenciatura, nem da pós-graduação.

O Ministério da Justiça foi a única instituição do Estado que conseguiu preparar um curso profissional de tradutores jurídicos, mas este era dedicado especificamente aos seus profissionais. O referido curso tinha duas componentes curriculares, sendo que o primeiro ano só incluía formação teórica e o último ano contemplava um estágio profissional realizado no âmbito do Ministério da Justiça, sob a orientação de um formador.

Segundo os dados recolhidos preliminarmente para o nosso projeto de doutoramento, muitos dos tradutores que exercem as suas atividades de tradução nas instituições acima referidas fizeram a sua licenciatura em Ensino da Língua Portuguesa da Universidade Nacional Timor Lorosa'e (UNTL). Os mais velhos assumem fazer tradução das duas línguas pelo facto de já dominarem o português desde o período colonial. No entanto, nenhum teve licenciatura ou pós-graduação na área em apreço.

¹⁰ As cartas e/ou anúncios nos serviços do Estado (parlamento, ministérios, universidade, escolas, etc.) são geralmente escritos em tétum.

4. Objetivos gerais da investigação em curso

A investigação que este texto apresenta encontra-se na sua fase inicial e assume como contexto o cenário acima esboçado. No quadro da discussão sobre a política linguística em Timor-Leste, pretende conceder especial relevo à problemática da tradução naquele país, em contextos institucionais, considerando a formação e a ação dos tradutores. Os pontos seguintes são os objetivos deste projeto:

- Verificar política nacional de formação e angariação dos tradutores;
- Caracterizar a formação nível superior dos tradutores atualmente ao serviço de várias instituições do Estado;
- Conhecer as possibilidades de atualização de informação ou a formação contínua dos tradutores;
- Saber quais línguas faladas nos contextos de tradução;
- Perceber a opinião dos tradutores relativamente ao seu trabalho;
- Conhecer a política desenvolvida em cada instituição referente ao serviço de tradução.

5. Metodologia de investigação

A presente investigação centra-se plenamente no estudo dos serviços de tradução existentes nas instituições do Estado timorense, identificando a natureza e as necessidades de desempenhar tarefas na respetiva área.

Assim, contemplar-se-á a análise da política linguística timorense e a política de formação de quadros para este âmbito socioprofissional. Trata-se de uma análise documental.

Mas será também analisado o produto dos tradutores, confrontando versões em tétum e em português, nomeadamente nos serviços noticiosos da TVTL, para identificar regularidades pertinentes nos textos/discursos produzidos.

O estudo atenderá igualmente às perceções dos tradutores que fazem parte de algumas equipas que constituem os serviços de tradução nas instituições do Estado. Importa saber como os tradutores se sentem ao traduzirem documentos de natureza diversa, tais como jurídica, jornalística, literária, etc; quais são as dificuldades encontradas quando assumem a tradução e qual será a solução eficaz para obter uma tradução com rigor e fiel ao texto original.

A investigação terá uma natureza mista, com a utilização de técnicas qualitativas e quantitativas (Creswell, 2009).

6. Notas finais

Timor-Leste celebrou em maio deste ano o 16.º aniversário da restauração da independência. Há muitas coisas que têm vindo a desenvolver-se paulatinamente e há outras que estão por fazer. No que se refere à política linguística, o Estado timorense tem investido pouco – no período de dezasseis anos de independência, o povo timorense ainda está com dúvidas sobre a língua que deve ser verdadeiramente usada nos *media*, nos serviços públicos, no sistema de ensino, etc., apesar do que as leis dizem. Ainda surgem atitudes de rejeição da língua portuguesa e propostas com orientações diversas. Ao tomar consciência desta realidade, o Estado deve investir mais na formação dos professores, o que constitui uma área fundamental para o país. Sem professores qualificados, não haverá profissionais rigorosos. Assim, é difícil promover o desenvolvimento do povo e a plena consciência da sua identidade.

Por outro lado, o Estado deve também solucionar o mais rapidamente possível as divergências sobre a uniformização da ortografia do tétum. Atualmente, muitos timorenses orgulham-se de falarem tétum no seu dia a dia, não obstante não haver uniformidade ortográfica nesta língua. Cada timorense escreve à sua maneira e até os jornalistas inventam as suas próprias palavras ou expressões. Neste momento, Timor-Leste tem quatro instituições antagónicas em termos da defesa de escrita do tétum, nomeadamente o Parlamento Nacional, o Instituto Nacional de Linguística (INL/UNTL), o Díli Institute of Technology (DIT) e a Igreja Católica timorense. O estado deve procurar um consenso entre elas a fim de resolver as discordâncias e optar por uma única ortografia para o país.

Face à questão de multilinguismo vivido no país, destaca-se igualmente o papel preponderante dos tradutores na expansão das línguas oficiais em Timor-Leste. Estes podem contribuir com as suas traduções em várias áreas, nomeadamente no âmbito jurídico, da comunicação social e da publicidade. O Estado tem de manter a sua política firme em relação a implementação das línguas oficiais no país. Sem ter isso em mente, é difícil consolidar a unidade. Tal como diz o intelectual timorense Jacinto Tinoco (2002), «sem unidade linguística não haverá unidade nacional».

Agradecimentos

Este estudo teve o financiamento do CIEC (Centro de Investigação em Estudos da Criança), pelo Projeto Estratégico UID/CED/00317/2013, através

dos Fundos Nacionais da FCT (Fundação para a Ciência e a Tecnologia), cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do COMPETE 2020 – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) com a referência POCI-01-0145-FEDER-007562.

Teve igualmente o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, através do seu programa de Bolsas de Estudo de Pós-graduação PALOP e Timor-Leste, Estímulo à Investigação e Valorização Profissional.

Referências

- BALDAUF, R. B., Jr. (2006). Rearticulating the case for micro language planning in a language ecology context. *Current Issues in Language Planning*, pp. 147-170.
- BABO-SOARES, D. da C. (2003). *BRANCHING FROM THE TRUNK: East Timorese Perceptions of Nationalism in Transition*. Canberra: Australian National University. Tese de Doutoramento.
- BOWDEN, J. / HAJEK, J. (2007). Not just Tetum: Language development and the case of Waima'a. In D. KINGSBURY & M. LEACH (eds). *East Timor: Beyond independence* (pp. 263-274). Victoria: Monash University Press.
- CALVET, L-J. (2007). *As políticas linguísticas*. São Paulo: Parábola Editorial.
- CANAGARAJAH, A. (1999). *Resisting imperialism in English teaching*. Oxford: Oxford University Press.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE (2002).
- COOPER, R. L. (1989). *Language planning and social change*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CRESWELL, J. W. (2009). *Research design: Qualitative and mixed methods approaches*. London and Thousand Oaks: Sage Publications.
- FETTES, M. (1997). Language Planning and Education. In R. WODAK & D. CORSON (ed.). *Language policy and political issues in education*. (pp. 13-22). Dordrecht: Kluwer Academic.
- GONÇALVES, M. R. (2012). A Língua Portuguesa e o conflito intergeracional em Timor-Leste. In R. TEIXEIRA E SILVA / Y. QIARONG / M. ESPADINHA / A. LEAL (eds.), III SIMELP: *A formação de novas gerações de falantes de português no mundo China*. Macau: Universidade de Macau.
- HORNBERGER, N. (2006). Frameworks and models in language policy and planning. In T. RICENTO (ed.), *An introduction to language policy: Theory and method* (pp. 24-44). Malden/Oxford: Blackwell.

- HULL, G. (2001). Língua, Identidade e Resistência: Entrevista a Geoffrey Hull. *Revista de Letras e Culturas Lusófonas*. (pp. 80-92). Lisboa: Instituto Camões.
- MAFFI, L. (2007). *O paradigma ecológico para as ciências da linguagem: Diversidade Linguística, cultural e biológica*. Canada: Terralingua.
- MAKONI, S. / PENNYCOOK, A. (2006). *Disinventing and reconstructing languages*. Clevedon: Multilingual Matters.
- NINYOLES, L. R. (1991). *Estructura Social e Política Lingüística*. Vigo: Ir Indo Edicions.
- PENNYCOOK, A. (1994). *The cultural politics of English as an international language*. London: Longman.
- (2000). Language, ideology and hindsight: Lessons from colonial language policies. In T. RICENTO (ed.), *Ideology, politics and language policies: Focus on English* (pp. 49-64). Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins.
- (2006). Postmodernism. In T. RICENTO (ed.), *Language Policy: Theory and Method* (pp. 60-76). Oxford: Blackwell.
- RICENTO, T. (2000). *Ideology, politics and language policies: Focus on English*. Amsterdam: John Benjamins.
- TINOCO, J. (2002). *Não Haverá Unidade Nacional Sem Unidade Linguística*. Boletim de Notícias. (p. 01). Díli: Associação Cultural Luso-Timorense.
- VIEGAS, E. / RAMOS, R. / ANTUNES, R. (2015). Avaliação da proficiência em língua portuguesa dos docentes da Universidade Nacional Timor Lorosa'e, Timor-Leste (2015). *Indagatio Didactica*. (pp. 58-82). Aveiro: Universidade de Aveiro.

TÍTULO: Política Linguística em ambiente multilingue: o caso de Timor-Leste

RESUMO: Timor-Leste é reconhecidamente um país multilingue que, além de ter duas línguas oficiais (Tétum e Português) consagradas na sua Constituição, adiciona a estas línguas outras duas línguas de trabalho (Inglês e Indonésio) e mais de trinta línguas e dialetos regionais e fica situado num dos «pontos quentes de diversidade biocultural» (Maffi, 2007) que há no mundo. Neste ambiente, o Estado é o órgão máximo responsável pelo desenvolvimento e pela preservação das línguas e estas constituem, no seu todo, um fator determinante para manter os laços culturais do povo timorense, a democracia, a coesão nacional e a paz social. Neste contexto, destaca-se a figura do tradutor, a atuar nos serviços fundamentais de utilidade pública timorenses e que deve possuir formação adequada. Contudo, não há atualmente no sistema educativo nacional cursos de formação especificamente vocacionados para a formação inicial ou pós-graduada de tradutores. Além disso, o seu trabalho não é avaliado com critérios rigorosos.

Para promover a reflexão sobre a formação e a ação destes profissionais no contexto timorense, a presente comunicação pretende apresentar as linhas de desenvolvimento fundamentais de um projeto de doutoramento em curso, que analisa a problemática da formação e do papel funcional e institucional do tradutor em Timor-Leste.

TITLE: Language policy in a multilingual environment: the case of Timor-Leste

ABSTRACT: Timor-Leste is a multilingual country with two official languages (Tetum and Portuguese) enshrined in its Constitution, two other working languages (English and Indonesian) and over thirty regional languages and dialects. It is situated in one of the “hotspots of biocultural diversity” (Maffi, 2007) that exists in the world. In this frame, the Administration is the highest responsible agent for the development and preservation of languages; they constitute, in their entirety, a determining factor in maintaining the Timorese people’s cultural ties, democracy, national cohesion and social peace. In this context, the figure of the translator, who works in the Timorese basic public services and who must have adequate training, stands out. However, there are currently no specific training courses in the national education system for the initial or postgraduate training of translators. In addition, their work is not evaluated with solid criteria.

In order to promote reflection on the formation and action of these professionals in the East Timorese context, this communication intends to present the fundamental development lines of an ongoing doctoral project that analyzes the formation and the functional and institutional role of the translator in Timor-Leste.